

Graduação Pós-Graduação

POLÍTICAS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fábio Mendonça da Silva,
UFMS/CPNV,
E-mail:fabio.msilva1996@gmail.com

Gabrieli da Silva,
UFMS/CPNV,
E-mail:gabrieli.tomada@gmail.com

Leonardo Burgos da Silva,
UFMS/CPNV,
E-mail:Festival.violao.navi@gmail.com

Marta Helena de Ávila,
UFMS/CPNV,
E-mail:marta_havilanm@hotmail.com

Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis,
UFMS/CPNV,
E-mail: gmgrg46@gmail.com

RESUMO

As políticas educacionais influenciam a gestão escolar para o desenvolvimento da educação nas escolas. Neste sentido, o texto tem como objetivo apresentar considerações importantes sobre as políticas de gestão da educação básica na atualidade. O estudo foi desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico de autores e normativas vigentes sobre a temática, além de breve pesquisa de campo com aplicação de questionários a dois profissionais da educação. De modo geral, percebe-se que as políticas de gestão da educação básica são postas para os sistemas e unidades escolares por meio de diversos programas, que no conjunto orientam a condução da educação escolar pública.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Gestão escolar; Educação Democrática.

INTRODUÇÃO

O trabalho na área de políticas e gestão da educação aborda informações importantes sobre o sistema de organização da educação básica e sua condução, visto que por meio das políticas públicas educacionais visa-se alcançar uma educação de qualidade.

No Brasil, podemos entender por sistema de ensino como o conjunto de instituições de ensino que, sem constituírem uma unidade ou primarem por seu caráter coletivo, são interligadas por normas, por leis educacionais. Tanto a Constituição Federal de 1988, quanto a Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 1996, definem a educação básica composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e estabelecem a corresponsabilidade entre os entes federativos (a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) para organizar em regime de colaboração seus sistemas de ensino, o que torna imprescindível a elaboração de políticas públicas (BRASIL, 1988; 1996).

Considerando a condução do trabalho escolar que se dá nas instituições, o objetivo do trabalho é apresentar considerações importantes sobre as políticas de gestão da educação básica na atualidade.

METODOLOGIA

O estudo sobre a temática surgiu a partir da proposta da disciplina de Políticas Educacionais para a turma do 3º semestre do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, 2021. Foi desenvolvido por meio da atividade de pesquisa bibliográfica sobre políticas públicas educacionais e gestão educacional, escolar, bem como de pesquisa de campo a partir da aplicação de um questionário a dois profissionais da educação, via *WhatsApp*, considerando a necessidade de distanciamento devido ao contexto de pandemia na atualidade.

Os dois profissionais participantes atuam na área da educação, sendo denominados a professora como P1 graduada em Ciências com Especialização em Biologia pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), atuando há mais de 10 anos em escolas de Mundo Novo/MS, e o diretor como P2 graduado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atuando há mais de 4 anos como diretor em uma escola de Naviraí/MS.

Para a discussão dos dados, apresenta-se uma breve seleção de ideias de autores e orientações oficiais, bem como apontamentos significativos coletados com os participantes

por meio dos questionários sobre o pensar sobre a temática a partir da realidade escolar em que atuam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política educacional diz respeito às decisões que o Estado, toma em relação à educação. Segundo Machado; Falsarella (2020, p.381), “cabe às políticas formular, implantar, monitorar e avaliar as soluções propostas para os desafios da educação, considerando as situações impostas pelos interesses da sociedade. A escola, como espaço de consolidação dessas políticas, apresenta, nas práticas de organização e de gestão, a experiência de sua implementação no cotidiano, e manifesta quais propostas surtem êxito e quais reclamam reformulação”.

Segundo Almeida (2017), há dez características que as políticas educacionais devem considerar, sendo dadas pelas seguintes ideias: Escola para todos; Inclusão escolar para todos; Aprendizagem de qualidade; Compreensão do que é exposto pelo professor; Prejuízo com jovens fora da escola; Alunos que trabalham; A escola deve ser adaptável; Escola como ambiente alegre e estimulante; Viabilização de um ambiente caloroso; A função da escola.

A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimento, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo, sendo necessário que a escola propicie o domínio dos conteúdos culturais básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, sem estas aprendizagens dificilmente o aluno poderão exercer seus direitos de cidadania.

De modo geral, as políticas públicas de educação se caracterizam por programas ou ações que são criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos os cidadãos. Além de garantir a educação para todos também é função das políticas públicas avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. Há um conjunto de ações, medidas propostas para a gestão educacional que orientam a gestão da escola na atualidade na condução do trabalho escolar, dentre essas destacamos:

1) O Fundo de Fortalecimento da Escola –FUNDESCOLA, como um dos espaços de desenvolvimento de programas do Ministério da Educação, com o objetivo de promover um conjunto de ações voltadas para as escolas do ensino fundamental, enfatiza a gestão democrática, mas centra-se numa concepção gerencialista e eficientista, como instrumento legal para organização do trabalho escolar. A autonomia escolar é garantida por um fundo repassado à escola, com vistas a estimular o quadro administrativo a tomar decisões que afetem materialmente a escola e a responsabilizar-se pelos resultados de suas decisões.

(DOURADO, 2007); 2) O Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento. (DOURADO, 2007); 3) O Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares, criado em 2004 e visa à implantação e ao fortalecimento de conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica nas cinco regiões do país, envolvendo os sistemas de ensino públicos estaduais e municipais, por meio de sua adesão à sistemática de apoio técnico, pedagógico e financeiro do Ministério da Educação (DOURADO, 2007).

Em nível regional, mais recentemente, o Instituto Ayrton Senna e o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed, consolidam parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul SED/MS com os Programas de Desenvolvimento de competências sócio emocionais intitulados ‘Volta ao Novo’, que propicia apoio e acolhimento aos professores e estudantes do Brasil, no planejamento para a retomada das aulas presenciais, por meio de diálogos formativos. Destaca-se ainda, ações locais da Gerência Municipal de Educação e Cultura – GEMED, como a oficina “Ensinando a Ensinar em Aulas Remotas”, como uma capacitação de forma remota pela plataforma Google Meet, contando com a participação de coordenadores pedagógicos e docentes das Unidades de Ensino da Rede Municipal de Naviraí.

Quanto aos dados levantados por meio dos questionários, verificou-se que os profissionais manifestam entendimento pertinente sobre **políticas educacionais e gestão escolar**, vistas na direção de organizar e conduzir a educação escolar com qualidade, destacando o envolvimento de todos durante o processo, conforme manifestação do P2: “o gestor não pode analisar sozinho isto tudo tem que ser feito juntamente com o corpo pedagógico o secretario, sendo assim o modelo de gestão é democrático, e visa a melhorar o ambiente escolar”. Assim, há a ideia de que a gestão escolar visa melhorar o funcionamento da instituição para o alcance de seus objetivos.

Ambos os participantes ressaltam que **a política atual em relação a gestão** precisa melhorar, no entanto, o P1 diz que na medida do possível esta mudança já vem sendo feita e o P2 diz que tem muito a ser feito por parte dos governantes em benefício dos educandos. Já em relação **as orientações básicas do sistema educacional para a área da gestão**, o P1 ressaltou sobre tecnologias que podem ajudar os estudos e P2 destacou a orientação sobre a formação do sujeito crítico para saber impor-se na sociedade. Relacionado a esse aspecto,

ambos os entrevistados concordam que há várias **dificuldades na efetivação da política pública educacional** no cotidiano da escola, sendo que P1 destaca a falta de incentivo aos profissionais, tanto como a falta de conhecimento da ferramenta tecnológica e o P2 destaca a falta da participação da comunidade. Por fim, os dois profissionais concordam que **há necessidades de mudanças na política pública educacional**, uma vez que o P1 destaca que esta deve vir ao encontro das necessidades da sociedade e o P2 completa dizendo, que a escola precisa ter uma comunidade que participe ativamente, especialmente junto aos governantes, para que atendam as dificuldades da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais, enquanto ações e medidas, orientam a gestão educacional e escolar no sentido de que cada instituição tenha condições de organizar, executar e avaliar, junto a todos os membros do âmbito escolar, o trabalho escolar pautado na busca constante pela qualidade, equidade e eficiência do ensino.

São vários os programas criados pelo Governo Federal voltados a gestão da educação básica na atualidade, tais como: Fundescola, PDE Escola e Programa de Fortalecimento de Conselhos Escolares, entre outros, visam auxiliar as escolas com investimento financeiro e formativo. Ressaltamos a partir do estudo realizado, que é necessário um esforço Nacional, Estadual e Municipal constante para que a educação tenha uma melhor qualidade e consiga atender a todos sem distinção, conforme os preceitos legais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Vaz de. Educação. 10 aspectos que as políticas educacionais devem considerar. 2017. **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-educacionais-aspectos/>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

MACHADO, E. N. C.; FALSARELLA, A. M. Nova gestão pública, educação e gestão

escolar. **RPGE**– **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 372-389, maio/ago., 2020. e-ISSN: 1519-9029.DOI:
<https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13255>.